



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



Os dilemas compulsórios do sistema prisional brasileiro e seus impactos na saúde da mulher em cárcere

Elizâni Lima Souza - Bacharela em Serviço Social, Mestranda Pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa - elizani.souza@ufv.br

Márcia Barroso Fontes - Economista Doméstica (UFV). Mestre em Economia Doméstica (UFV). Doutora em Demografia (UFMG). Atualmente é professora do curso de Serviço Social, pesquisadora do programa de Pós-graduação em Economia Doméstica e membro do grupo de pesquisa “Famílias, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano e Social” e “Trabalho, Sociabilidade e Gênero” da UFV. E-mail: mbfontes@ufv.br

Palavras-Chave: Sistema Prisional, Encarceramento Feminino, Saúde

Introdução

O sistema prisional surgiu com o objetivo de ressocialização atrelado a ideia de que o indivíduo ao ser encarcerado não estaria colocando em risco a própria sociedade e a ordem social. No Brasil a população carcerária feminina vem crescendo de forma exponencial ao longo dos anos, evidenciando a necessidade de pesquisas que permita desvelar a conjuntura a qual é inserida a mulher no sistema prisional (Souza, 2022). Dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais mostram que no ano de 2022 havia 22.547 mulheres inseridas no sistema carcerário, sendo o país com mais mulheres encarceradas no mundo (Nielsson *et al*, 2017). Assim, estudar o encarceramento feminino no Brasil, impõe a mobilização de um arcabouço analítico sendo um deles referente a seletividade penal (Ribeiro *et al*, 2022), já que desde seu surgimento, os presídios foram criados para o público masculino, constituindo-se de um espaço que não atende as particularidades femininas. Mulheres menstruam, engravidam, têm filhos e são encarceradas em um sistema prisional com problemas de infraestrutura (Jardim, 2020), o que por vezes, acarretam sobre as mesmas problemas de saúde e seus respectivos agravos.

Objetivos

O objetivo deste trabalho foi refletir os rebatimentos do sistema prisional e seus respectivos impactos na saúde da mulher em cárcere.

Material e Método

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa analítica e descritiva e teve como método a revisão bibliográfica acerca do referencial teórico sobre o tema.

Apoio financeiro

Bolsista pela agência de fomento CAPES

Agradecimentos

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Márcia Barroso Fontes, pelo privilégio de tê-la como orientadora e mestre, agradeço por toda dedicação, empenho e sugestões quais foram essenciais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento deste trabalho.

Resultados e Discussão

Percebeu-se que no Brasil, o sistema prisional feminino possui discursos moralizantes e religiosos, voltados ao patriarcado e ao papel da mulher na sociedade (Martins, 2018), ou seja, a lógica de que a mulher deveria se dedicar ao lar, a família e aos filhos. Posto isso, ao ser encarcerada a mulher é duplamente discriminada, primeiro por ser mulher e segundo por ser presa (Zaninelli, 2015). Varella (2017) mostra que as condições a qual são inseridas a mulher no cárcere culminam em depressão, infecções, afecções ginecológicas, hipertensão e agravamentos de quadros de saúde (Souza, 2022). O elevado número de doentes à espera de atendimentos de saúde no sistema prisional potencializa os agravos na saúde, diante da impossibilidade da dedicação dos profissionais aos pacientes e do conseqüente entrave no atendimento aos mesmos (Varella, 2017).

Conclusões

Assim, conclui-se que o sistema prisional acompanha as tendências neoliberais e reprodutoras de subordinação, exprimidas por uma relação patriarcal e histórica. Essa realidade demonstra a importância de estudos e reflexões mais aprofundadas acerca da mulher em situação de cárcere, frisando a implementação de políticas públicas que atendam e considerem suas especificidades.

Bibliografia

DAVIS, Angela, 1944 -D292e. Estarão as prisões obsoletas? / Angela Davis; tradução de Saed. - Rio de Janeiro: Difel, 2021. 144p.; 21cm.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Edição. São Paulo, 2002, 176p.

JARDIM, Gabriela Gadeia Brito. Sistema Prisional feminino e Políticas Públicas: um debate oportuno. Caderno Virtual, v. 1, n. 46, 2020.

MARTINS, Laura Esteves. Cárcere Feminino: A Carência de Políticas Públicas para as Particularidades do Gênero, em Especial as Gestantes ou Mães de Crianças e Adolescentes. Monografia (Bacharel em Direito) - Faculdade de Direito “Professor Jacy de Assis” da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 56p., 2018.

NIELSSON, Joice Graciele; ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; BARCELLOS, Raissa Hauenstein. O acesso às condições básicas de saúde da mulher no cárcere: uma análise a partir da situação da presa na penitenciária modulada de Ijuí/rs. Direito Sem Fronteiras, v. 1, n. 3, 2017.

RIBEIRO, Ludmila *et al*. As muitas Marias. História sobre o encarceramento feminino. Organizado por Natalia Martino e Ludmila Ribeiro. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022. 208p.

SOUZA, Elizâni. Assistência à saúde das mulheres em cárcere no Brasil. A quantas anda em Minas Gerais?. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 55p., 2022 (mimeo).

VARELLA, Drauzio. Prisioneiras/ Drauzio Varella. - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZANINELLI, Giovana. Mulheres Encarceradas: Dignidade da pessoa humana, gênero, legislação e políticas públicas. Tese (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná. Paraná, 153p, 2015.